

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS NOS ESPAÇOS DOMÉSTICO, FAMILIAR E NO MOVIMENTO SINDICAL

RELATÓRIO DE PESQUISA

- Apresentação

Em novembro de 2008, durante a 4ª Plenária das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG¹ realizou entre as participantes a pesquisa “Violência contra as mulheres trabalhadoras rurais nos espaços doméstico, familiar e no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais – MSTTR”.

Abraçamos o desafio de realizar esta pesquisa em um contexto de efervescência política no MSTTR, em que nos preparávamos para o 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A importância e urgência de que se reveste a questão da violência contra as mulheres trabalhadoras rurais a torna permanente em nossa pauta política. Embora presente no cotidiano de grande parte das trabalhadoras rurais, ainda permanece na invisibilidade, e carece de tratamento adequado pelo Estado e pelas organizações da sociedade civil, dentre elas o próprio MSTTR.

Por esse motivo entendemos ser oportuno realizarmos esta pesquisa e nada melhor do que aproveitar a melhor oportunidade de reunião das mulheres trabalhadoras rurais, a Plenária Nacional, que ocorre a cada quatro anos.

Passado um ano, apresentamos os resultados da pesquisa, em um momento de alto significado para todas nós que buscamos enfrentar essa questão social que aflige milhares de mulheres, que é o Dia Internacional da Não Violência.

- Introdução

A amplitude e riqueza das informações, como as possibilidades que o Programa adotado nos apresenta para o tratamento dos dados nos convoca ao esforço de análise, que pretendemos realizar. Neste sentido vamos procurar investir com a

¹ A pesquisa foi elaborada e é de responsabilidade de Sara Deolinda C. Pimenta, assessora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais -SMTR. Contou com a colaboração da Professora Lourdes Bandeira do Departamento de Sociologia da UnB na elaboração do instrumento de pesquisa e orientações para sua aplicação. A utilização do programa SPSS foi possível com a colaboração de Juliana Siqueira, aluna do Curso de Estatística da UnB e de Júnior, técnico do Dieese. O questionário foi aplicado por uma equipe de colaboradoras, participantes da 4ª Plenária de Mulheres Trabalhadoras Rurais e os dados foram computados com a colaboração de Anna Carolina Teixeira, assistente da SMTR.

adoção de instrumentos complementares e com o auxílio do que há disponível na literatura a respeito.

Sabemos que praticamente não há estudos e pesquisas sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres do campo e da floresta e o quão são necessários para subsidiar a nossa ação e a construção de políticas públicas para o seu enfrentamento.

A questão da violência doméstica e familiar contra as mulheres do campo e da floresta segue como prioridade na nossa agenda política. Nosso propósito maior é enfrentá-la com diversas ações, no interior do movimento sindical e externamente, como nos esforços conjuntos no âmbito do Fórum Nacional Permanente de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

Para essa empreitada os dados dessa pesquisa podem trazer grande contribuição, principalmente num contexto de silêncio e invisibilidade.

Não podemos duvidar da nossa força, coragem e ousadia para enfrentarmos a violência contra as mulheres, por anos silenciada pela sociedade, especialmente na área rural.

Não podemos aceitar que a violência contra as mulheres seja relegada à esfera privada, como parte natural da vida doméstica e familiar. Não podemos tampouco permitir a banalização da violência nos espaços públicos e no nosso movimento sindical.

A violência contra as mulheres deve ser tratada como uma questão de caráter social, como uma questão política que demanda do Estado e da sociedade civil organizadas ações efetivas capazes de combatê-la. Produto de um sistema patriarcal que ainda impera entre nós, discrimina, humilha, desqualifica, destrói identidades e torna a vida desprovida de sonhos e esperanças.

Há anos vimos lutando para que tenhamos reconhecida pela sociedade e pelo estado a nossa condição de trabalhadoras, para dar visibilidade à nossa atuação econômica, política e social, para ocuparmos espaços públicos e de poder e realizarmos plenamente nossa cidadania. Entretanto, entre nós, mulheres lideranças e dirigentes sindicais ainda imperam a discriminação, a violência, o silêncio e a impunidade. Que dirá na vida daquelas companheiras que permanecem isoladas, silenciadas, oprimidas, sem vida social, que ainda desconhecem seus direitos como mulheres trabalhadoras, ou que ainda sequer se reconhecem como trabalhadoras, tal a sua condição de subordinação à divisão sexual do trabalho e à lógica patriarcal.

Ninguém duvida de que as mulheres do campo e da floresta sofram violência doméstica e familiar e nos espaços públicos, mas nunca tivemos condições de falar com algum embasamento sobre o tamanho dessa violência. Sabemos que uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo realizada em 2001 revelou que uma em cada cinco brasileiras declarou ter sofrido violência. E as trabalhadoras rurais?

Os dados sobre a violência contra as mulheres no MSTTR contribuem para vencermos a especulação em torno dessa questão e nos trazem importantes indicativos de como darmos conseqüência à pauta interna da Marcha das Margaridas apresentada ao MSTTR. Revela a coragem, disposição e compromisso do movimento sindical em tratar essa questão. Precisamos tratar dessa questão, também na nossa “casa”.

Os dados que apresentamos a seguir, embora ainda de caráter descritivo, nos dão uma amostra da dimensão deste grave problema social e nos convoca e estimula a seguir enfrentando-o.

Assim, apostamos e seguiremos lutando fatigosamente para construirmos relações de respeito de fraternidade no nosso movimento sindical. E, sobretudo acreditamos que é possível alcançarmos outra sociedade, com igualdade para as mulheres.

3 - Objetivos

- Dotar a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - CNMTR de informações sobre as situações de violência vividas pelas mulheres trabalhadoras rurais e dirigentes sindicais nos espaços doméstico, familiar e no movimento sindical – MSTTR.
- Levantar proposições para prevenção, combate e assistência às mulheres trabalhadoras rurais vítimas de violência nos espaços domésticos e no movimento sindical - MSTTR
- Fornecer elementos para o Planejamento Estratégico da CNMTR
- Fornecer subsídios para a atuação da CNMTR no Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta

4 – Ambiente da pesquisa e metodologia

Foi utilizado como instrumento de pesquisa, questionário individual, pré-testado, com perguntas, em sua maioria, fechadas, computadas sobre base de dados construída com o programa SPSS. O questionário, bastante amplo, contém itens relacionados, dentre outros, à situação pessoal e familiar (idade, local de residência, cor/raça, escolaridade, religião, orientação sexual, estado civil, número e idade dos filhos e filhas, etc); atividade profissional e participação sindical; situações de violência doméstica e familiar; políticas e serviços de atenção às mulheres vítimas de violência nos municípios onde residem. A seguir são apresentados alguns resultados da pesquisa que se encontra em fase de análise dos dados.

Falar da Plenária Nacional, objetivos, público , metodologia utilizada – procedimentos para a pesquisa – registro dos dados – correção, etc

1 – Responda as perguntas na seqüência. Dispense aquelas que não dizem respeito à sua situação.

2 – Ao final do questionário há um espaço reservado para você registrar alguma observação ou acréscimo que queira fazer.

3 – Não é necessário assinar o questionário, portanto, se sinta a vontade para respondê-lo.

4 – Ao responder a este questionário você está participando de uma ação contra a violência sexista e fortalecendo a luta das mulheres trabalhadoras rurais

5 – Estaremos divulgando os resultados da pesquisa para as Federações e Sindicatos

- Apresentação dos dados

1 - PERFIL DAS PARTICIPANTES

- **529** mulheres participaram da pesquisa

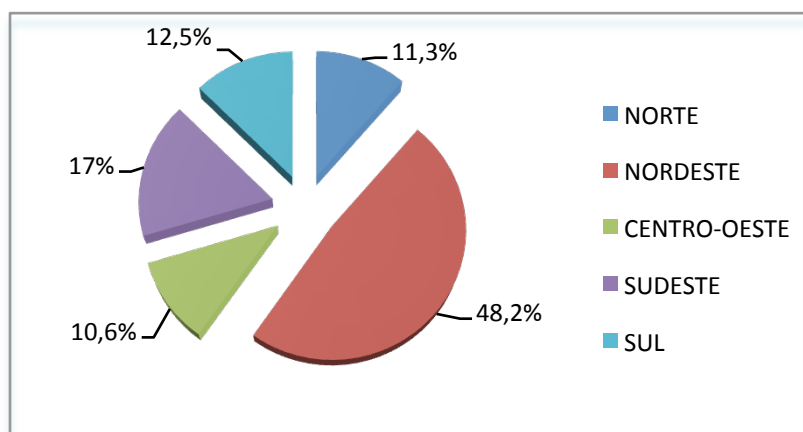
Participaram da pesquisa 529 mulheres das cinco regiões do país, conforme demonstra o quadro a seguir.

403 participantes (76,2%) identificaram os municípios onde residem, perfazendo um total de 356 municípios. Isso indica mais de uma participante de um mesmo município.

126 mulheres (23,8%) não identificaram os municípios de origem.

- Participação por região

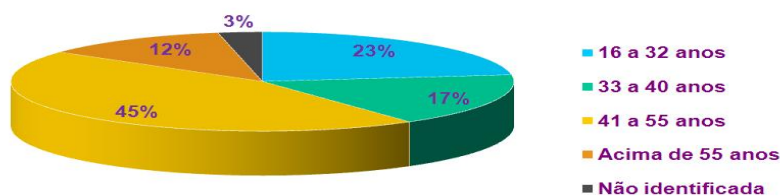
REGIÃO	FREQUENCIA	PERCENTUAL (%)
Nordeste	255	48,2
Sudeste	90	17,0
Sul	66	12,5
Norte	60	11,3
Centro Oeste	56	10,6
Não Identificada	02	0,4
TOTAL	529	100



- **FAIXA ETÁRIA**

62% das participantes estão na faixa etária entre 33 e 55 anos.

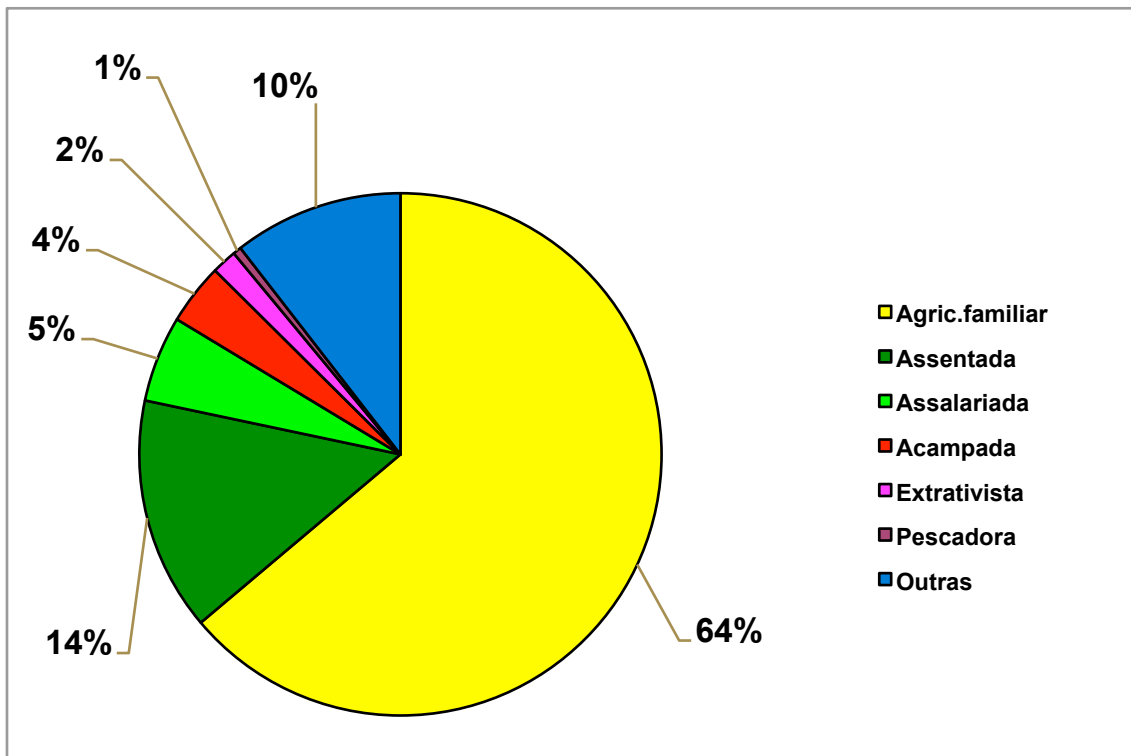
23% das participantes são mulheres jovens.



- **IDENTIDADE PROFISSIONAL**

A grande maioria das participantes se identifica como agricultora familiar. Bem sabemos que, tanto as mulheres assentadas, como as acampadas são também agricultoras familiares. Entretanto, muitas mulheres fazem questão de se diferenciarem, afirmando sua condição de assentada ou de acampada. Mulheres extrativistas e pescadoras podem também ser agricultoras familiares ou assalariadas. O fato é que há uma grande diversidade de situações entre as mulheres trabalhadoras rurais.

Apenas 5% se identificaram como trabalhadoras assalariadas.



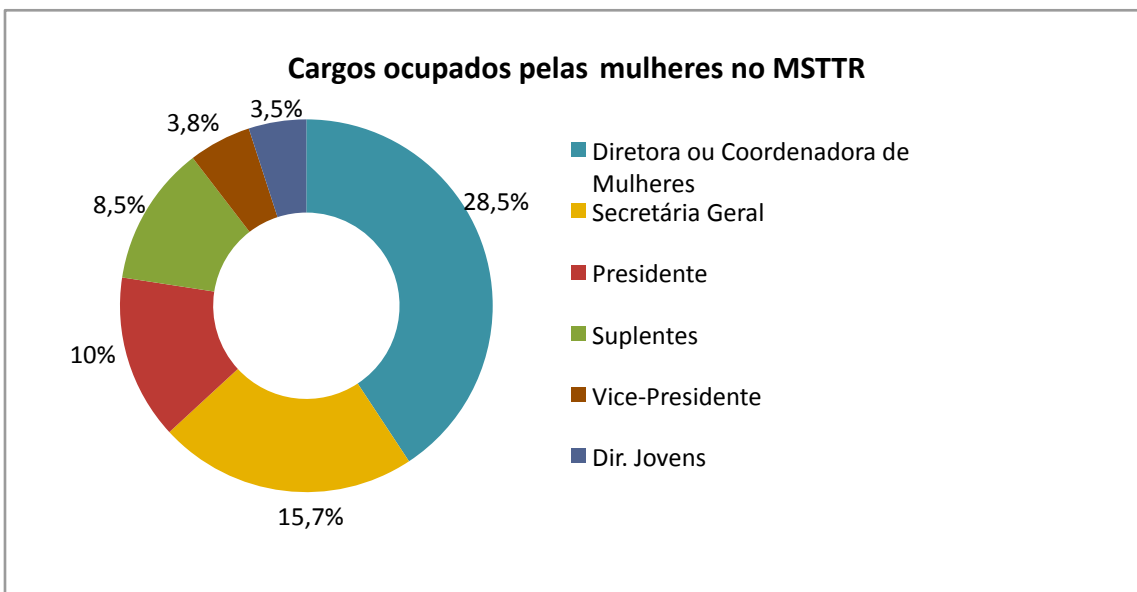
- **PARTICIPAÇÃO SINDICAL**

95,4% das mulheres que participaram da pesquisa estão associadas ao Sindicato e 36,8% tem mais de 10 anos de associada.

77,8% das associadas ocupam cargos de direção no STTR, e destas 73,1% recebem gratificação pelo cargo. 28,5% ocupam cargos de direção ou coordenação de secretaria ou comissão de mulheres; 15,7% estão no cargo de secretárias e 10% no cargo de presidente. A seguir apresentamos um gráfico que demonstra a participação em cargos de direção.

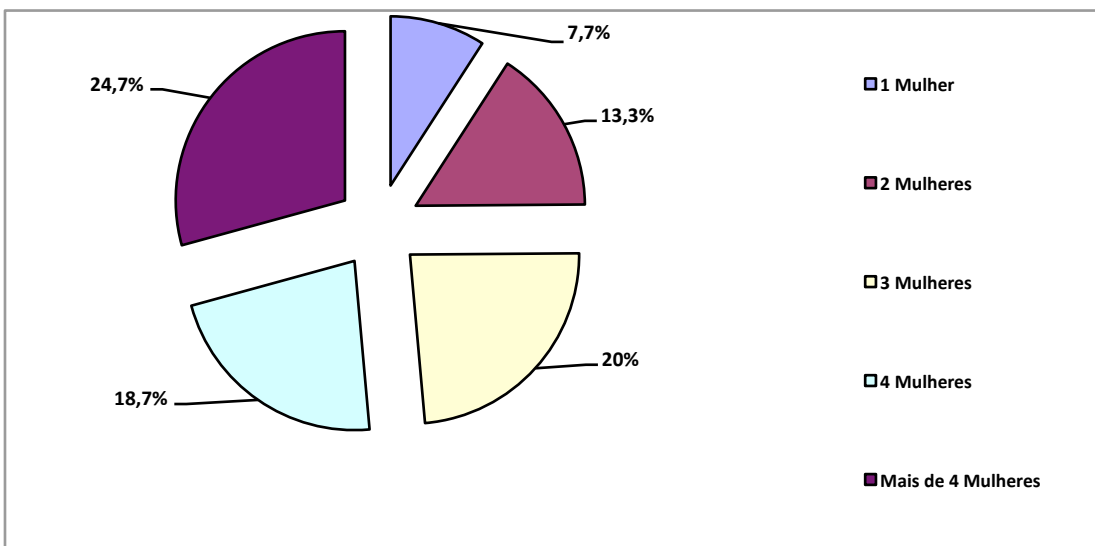
44,9% participam das Comissões Estaduais de Mulheres.

15,1% das participantes ocupam cargo na diretoria das Fetag's



85,4% das participantes afirmaram que há mulheres na direção do seu STTR e, destas, 24,7% declararam que há mais de quatro mulheres ocupando cargos de direção no seu STTR. O gráfico abaixo demonstra o número de mulheres que ocupam cargos de direção nos STTR's das participantes da pesquisa.

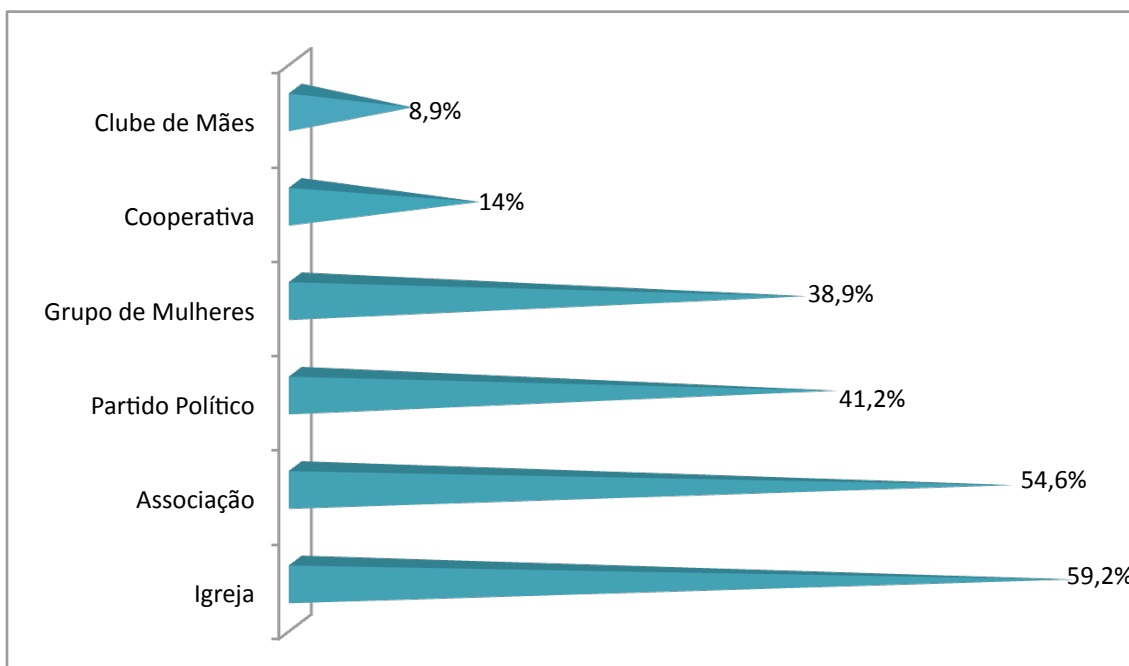
80% das mulheres responderam que o seu STTR adota a cota de no mínimo 30% de mulheres na direção.



- **PARTICIPAÇÃO POLÍTICO SOCIAL**

As participantes revelaram um alto nível de participação social.

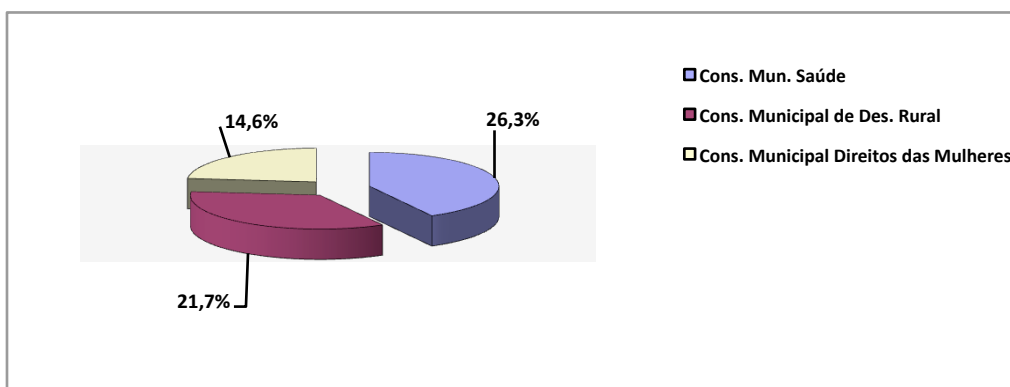
54,6% das mulheres participam em associações e **41,2%** participam em partidos políticos. O índice de mulheres que participam em grupos organizados é também muito significativo. Entretanto, a pesquisa não apurou de que tipo de grupo se trata.



- **Participação em Conselhos**

A participação das mulheres em Conselho Municipal de Saúde - 26,3%, supera os índices de participação em Conselhos.

14,6% das mulheres participam em Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.



As mulheres destacam, também, sua participação em Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Educação, Conselho dos Direitos da Criança e

do Adolescente, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho do Meio Ambiente, Pastoral da Criança e outros.

- **Razões que facilitam a participação social.**

Dentre as razões que facilitam a participação social, 60,5% das mulheres indicaram o seu **Compromisso**, seguido pelo **Apoio da Família** com 38,2% de respostas.

37,6% das participantes indicaram o **Companheirismo** como facilitador da participação social

No item **Outras Razões** que facilitam a participação social destacam-se, dentre outros:

“Afinidade com a luta por um país mais justo com igualdade de gênero.”

“Contribuir para o desenvolvimento do nosso país.”

“Desejo de mudar a realidade do nosso país.”

“Ajudar outras pessoas a entender e defender os seus direitos na sociedade.”

“As mulheres no meu município precisam muito da nossa ajuda e eu quero ajudá-las.”

“Gosto muito das reuniões porque os assuntos são muito interessantes.”

- **Razões que dificultam a participação social**

Dentre as razões que dificultam a participação social, 29,1% das mulheres indicaram o **Acúmulo de Tarefas**, seguido pela **Dupla Jornada** com 14% e **Criação dos Filhos** com 8,1%

No item **Outras Razões** que dificultam a participação social destacam-se, dentre outros:

“O preconceito e o machismo.”

“Falta de apoio do presidente do STTR.”

“Falta de assessoria.”

“Falta de dinheiro para as passagens.”

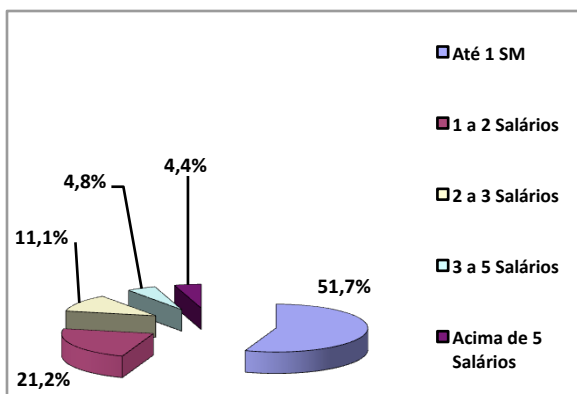
“Falta de informação e orientação pelos próprios companheiros de trabalho.”

“Falta de reconhecimento.”

“Falta de oportunidade para ocupar alguns espaços.”

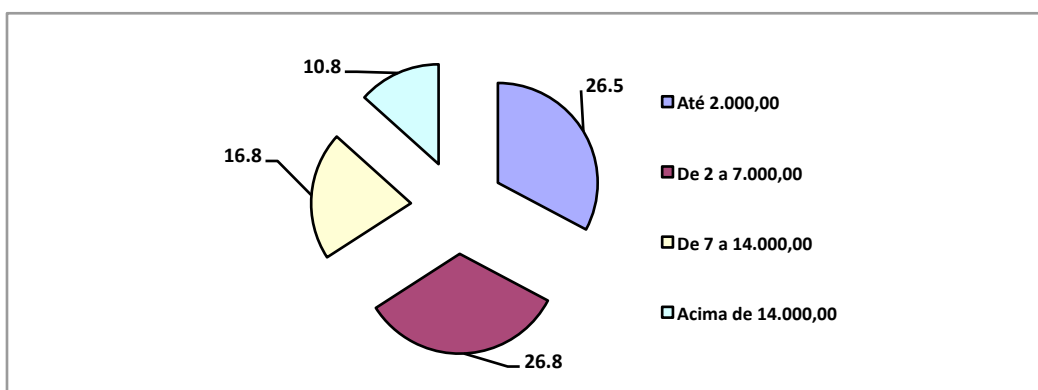
- **Renda Individual Mensal**

81,5% das mulheres afirmaram possuir renda própria, com predominância da faixa de até 1 Salário Mínimo - 51,7%. A seguir o gráfico que demonstra as faixas de renda individual.



- **Renda Familiar Anual**

Quando se trata de renda familiar anual, predomina a faixa entre R\$2.000,00 e R\$7.000,00 com 26,8% como indicado no gráfico abaixo.,



- **Local de Residência**

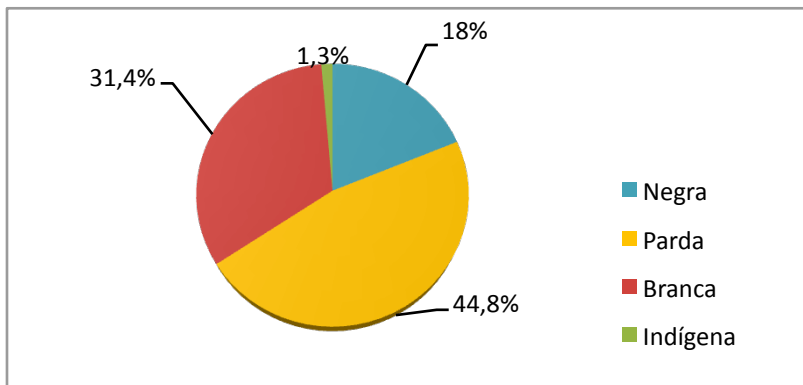
74,5% das mulheres residem no meio rural

- **Cor / Raça**

44,8% se identificam como pardas; 31,4% como brancas e 18% se declaram negras.

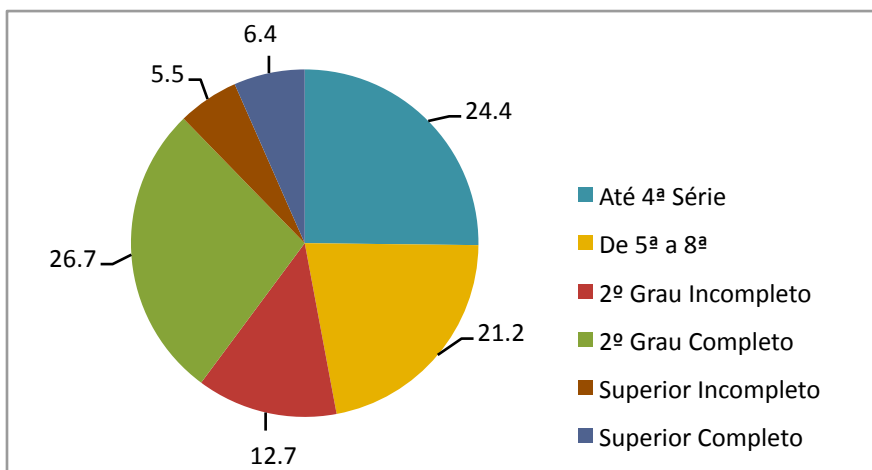
Disso pode-se concluir que a maioria das mulheres pertence à raça negra – 62,8%

Apenas 1,3% se identificaram como indígenas.



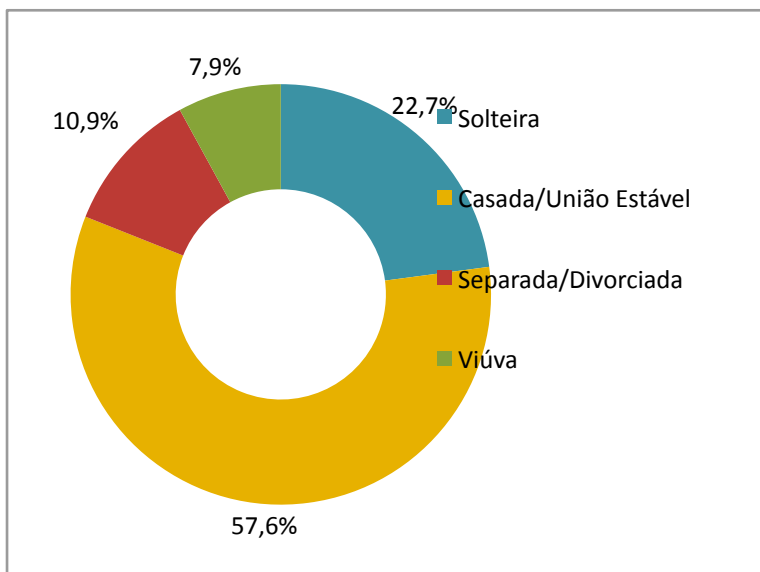
- **Escolaridade**

26,7% das participantes possuem o 2º Grau Completo e 24% possuem até a 4ª série.

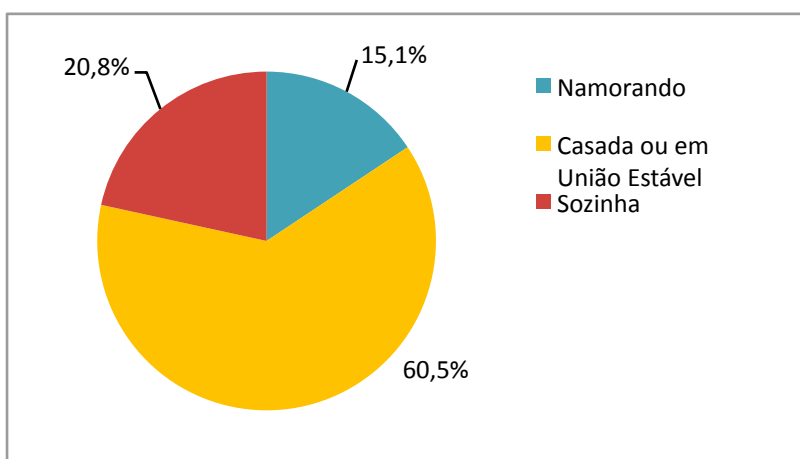


- **Estado Civil**

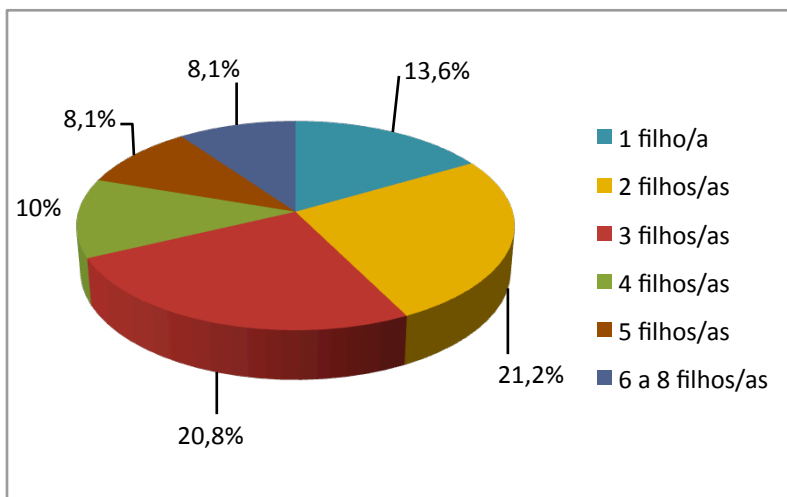
57,6% são casadas ou vivem em União Estável



Atualmente **20,8%** das mulheres declararam não ter companheiros.

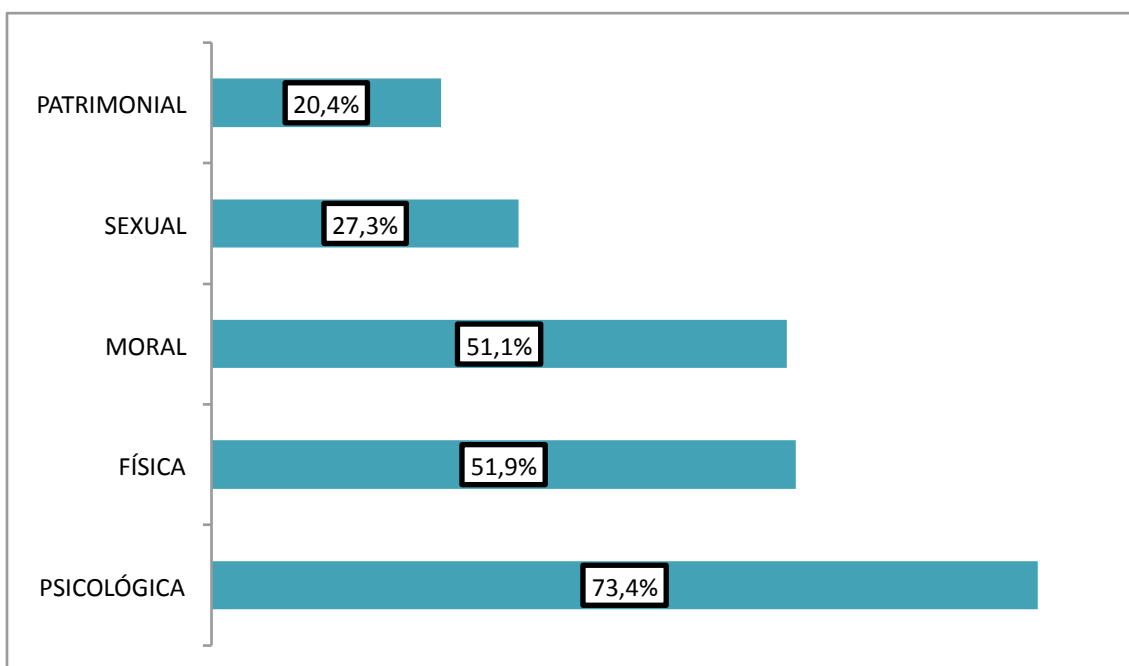


- **Orientação Sexual** – apenas uma participante declarou ser homossexual.
- **Chefes de Família** - **61,2%** das mulheres declararam ser chefes de família.
- **Filhos e Filhas** – **84,4%** das mulheres têm filhos/as. O gráfico a seguir demonstra o percentual de mulheres de acordo com o número de filhos/as, com o predomínio de 21,2% de mulheres com dois filhos/as.



2 - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

55,2% das mulheres sofreram algum tipo de violência nos espaços doméstico e familiar.



- **Ameaça de Morte**

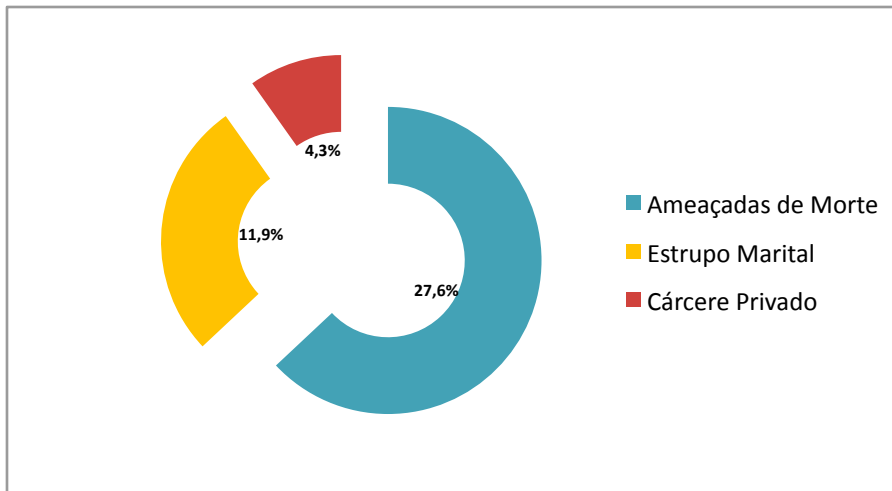
27,6% Declararam que já sofreram ameaçadas de morte

- **Estupro Marital**

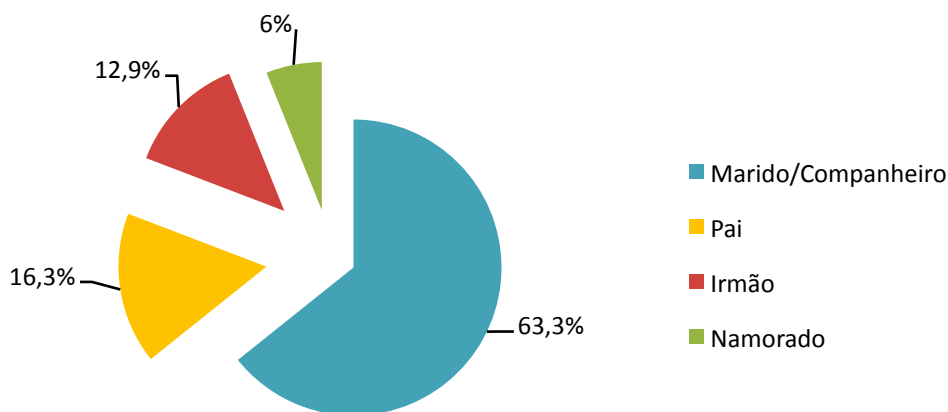
11,9% Declararam ter sofrido estupro por parte de seu marido ou companheiro

- **Cárcere privado**

4,3% já sofreram cárcere privado



63,6% dos atos de violência contra as mulheres foram cometidos pelos **maridos** ou **companheiros**



33,3% das mulheres que sofreram violência declararam que seus maridos ou companheiros, usavam algum tipo de droga – álcool ou outras.

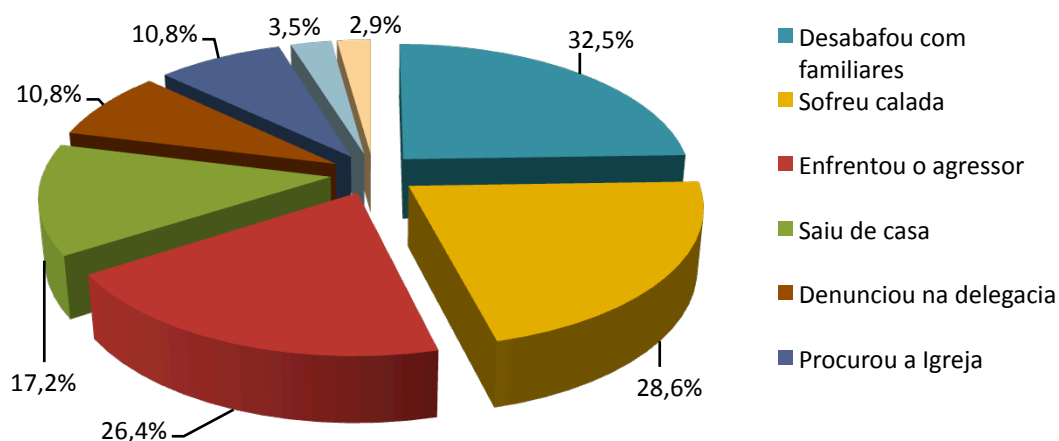
- **Como as mulheres reagiram à violência**

32,5% desabafaram com familiares

28,6% sofreram caladas

3,5% procuraram o STTR

2,9% ligaram para o 180



- **Como as mulheres se sentem em consequência das agressões**

28,8% das mulheres responderam que Já superaram e algumas delas complementaram a resposta da seguinte forma:

“Já superei – separei dele.”

“Já superei – hoje sei como agir num ato desses.”

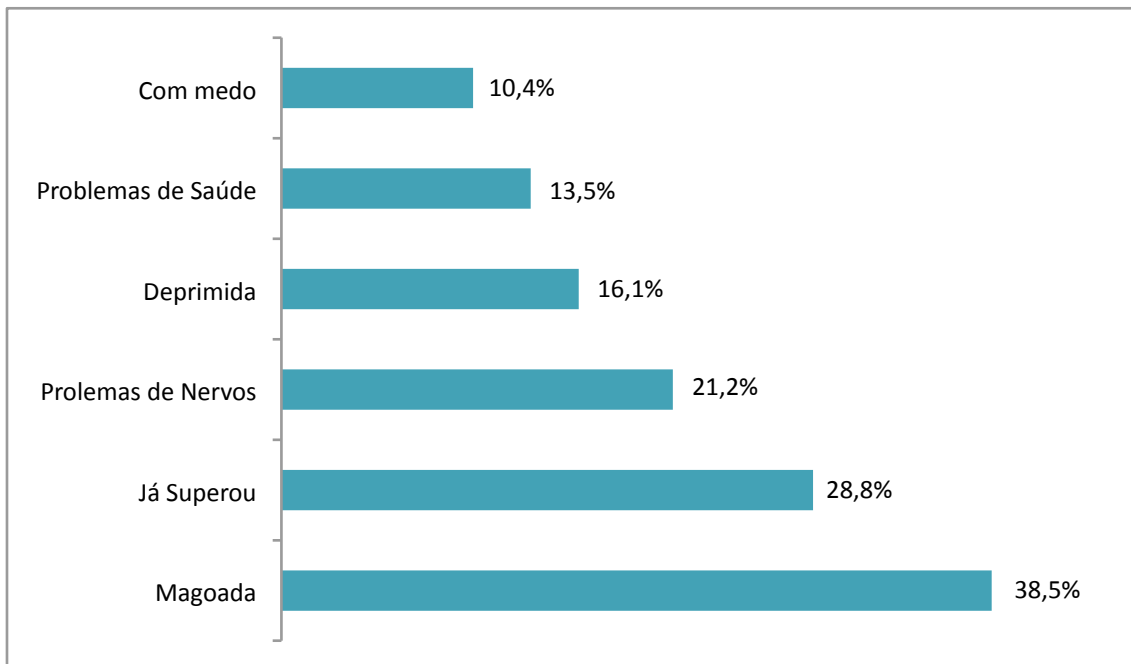
“Já superei – mas no fundo não perdoei.”

“Já superei – estou mais preparada para os desafios.”

“Superei porque faz tempo que isso ocorreu.”

“Superei, porém não quero ele no meu caminho.”

“Superei um pouco, porque me saí dele, estou livre.”



No item **Outros**, destacamos as seguintes respostas, dentre outras:

“Indignada”

“Injustiçada”

“Insegura”

“Surpreendida, onde podíamos ter confiança é o espaço onde há o agressor.”

“Sentindo dificuldade de me relacionar com outros homens. Gato escaldado de água quente, até da fria tem medo.”

25% foram vítimas de violência doméstica quando eram **MENINAS OU ADOLESCENTES**

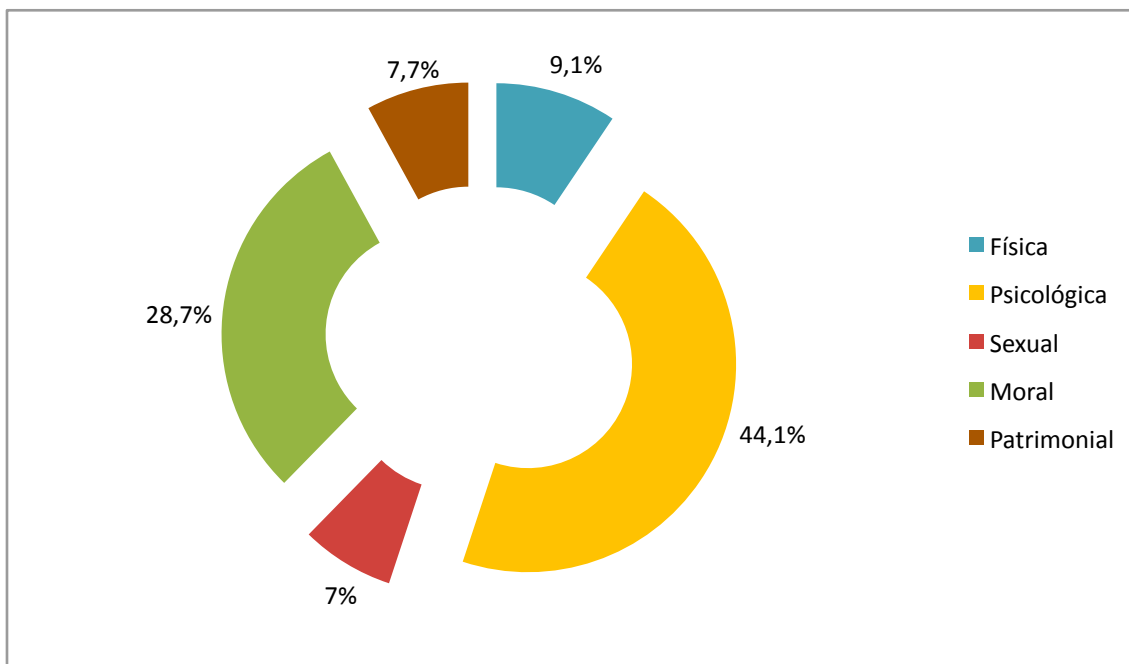
25% presenciaram atos de violência contra sua **MÃE**

57,3% afirmaram que **OUTRA MULHER DA FAMÍLIA (mãe, irmã, filha, etc)** foram vítimas de violência doméstica

- **Situação atual**

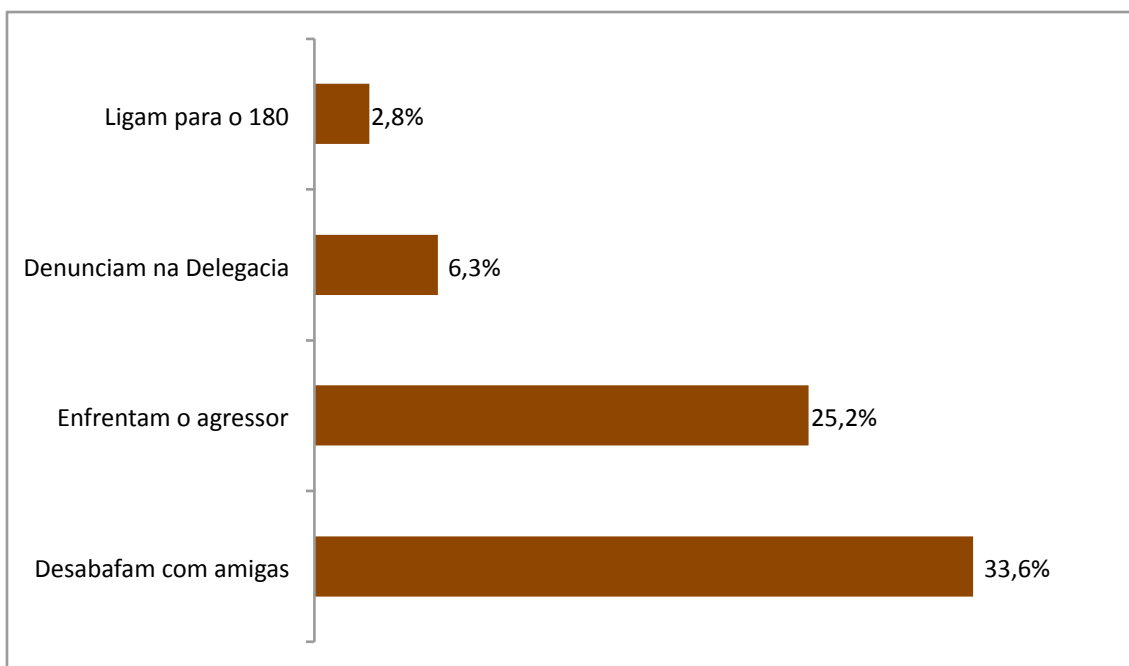
19,5% declararam que **ATUALMENTE** sofrem algum tipo de violência doméstica/familiar.

44,1% das mulheres sofrem violência psicológica. A seguir o gráfico com os índices por tipo de violência.



- Como as mulheres vêm reagindo à violência doméstica/familiar

6,3% fazem denúncia junto à delegacia e **2,8%** utilizam o Disque Denúncia 180

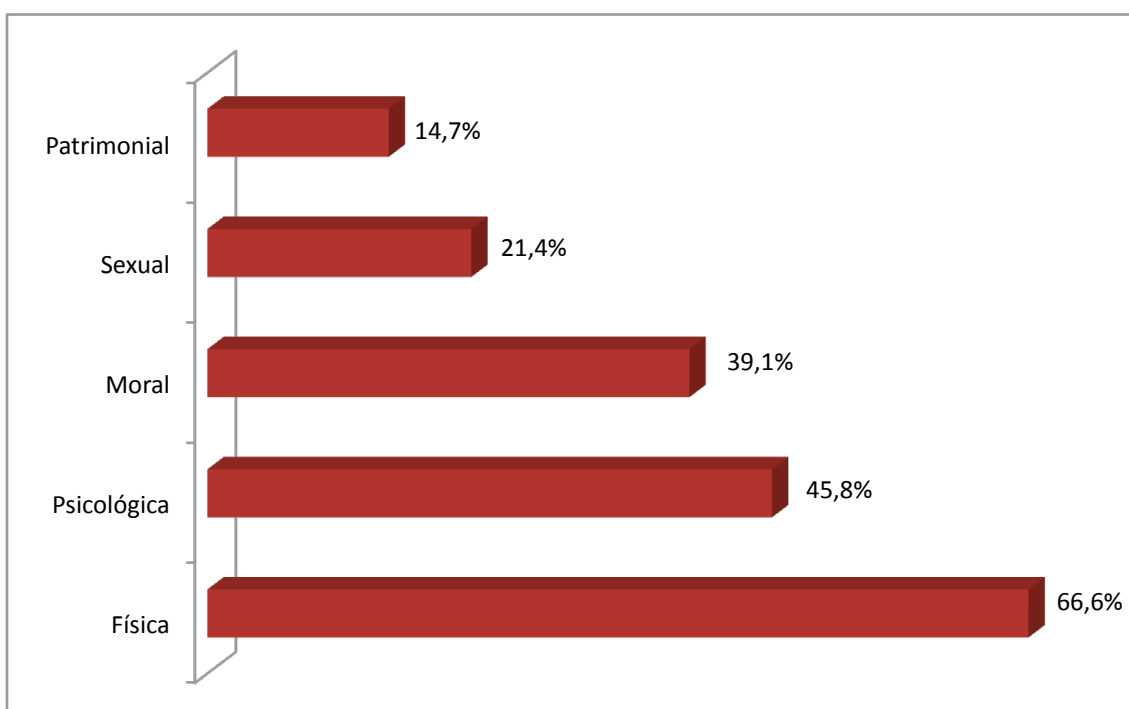


43,6% já pensaram em separar-se por causa da violência que vêm sofrendo.

- **Trabalhadoras vítimas de violência doméstica e familiar**

81,7% das participantes afirmaram conhecer mulheres trabalhadoras rurais no seu município que sofreram ou sofrem violência doméstica e familiar.

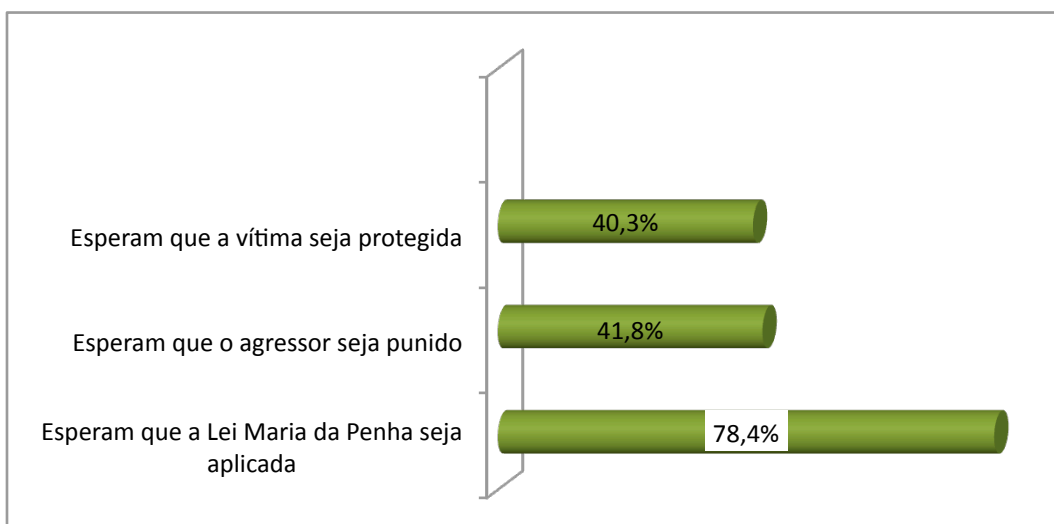
A seguir apresentamos os percentuais por tipo de violência. É importante lembrar que as mulheres sofrem mais de um tipo de violência, e que algumas formas de violência acontecem são simultaneamente.



- ✓ **59,7%** responderam que as trabalhadoras rurais vítimas de violência **SOFREM CALADAS.**
- ✓ **38,9%** responderam que as trabalhadoras rurais vivem em situação de **MEDO** da violência doméstica e familiar
- ✓ **34,2%** que as trabalhadoras rurais vítimas de violência se sentem **ENVERGONHADAS.**
- ✓ **9,3%** responderam que as mulheres vítimas de violência recorrem **AO SINDICATO**
- ✓ **1,5%** declararam que as trabalhadoras **LIGAM PARA O DISQUE DENÚNCIA 180**

92,6% responderam que estimulariam e ajudariam as mulheres vítimas de violência **fazerem a denúncia**

- **SOBRE A EXPECTATIVA AO FAZER A DENÚNCIA**



No item **Outros** destacamos as seguintes respostas, dentre outras:

“Espero que tenha pessoas qualificadas para amparar esta mulher e que a Lei Maria da Penha seja aplicada.”

“Fico indignada quando a punição do agressor é prestar serviço comunitário. Ele deveria ser preso.”

“Lá no município o agressor é apenas notificado e o delegado marca para ouvir a vítima um mês depois.”

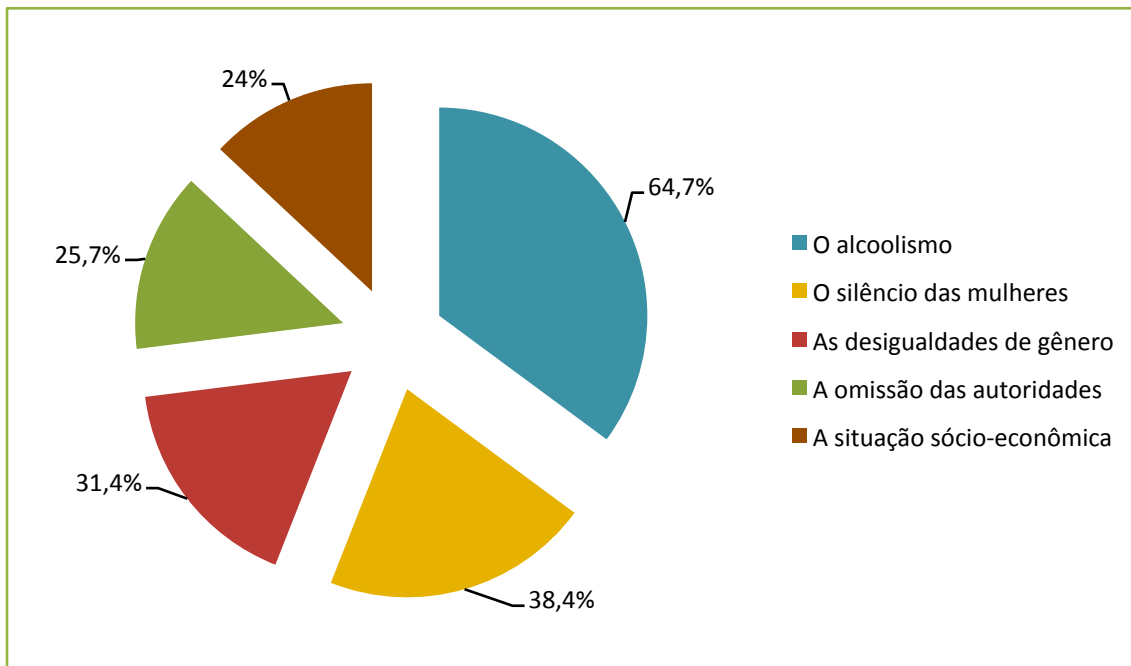
“Que haja seminários com homens e mulheres falando sobre tratamento de igualdade e respeito para uma transformação estrutural familiar. Sou preocupada com o desequilíbrio das famílias, jovens e adolescentes, muitas drogas e prostituição.”

“Que realmente a autoridade do lugar cumpra a Lei e não critique a mulher que é o que acontece muitas vezes.”

- **Causas da Violência Doméstica**

64,7% das participantes identificaram o alcoolismo como causa da violência contra as mulheres

38,4% das participantes identificaram o silêncio das mulheres como causa da violência



No item **Outras** causas, destacamos, dentre outras:

“A cultura patriarcal”

“O machismo dos homens de se acharem superiores às mulheres.”

“A falta de oportunidades para as mulheres, motivo pelo qual passam e permanecem sendo agredidas por não saber fazer outras atividades e não terem escolhas a não ser aceitarem ser agredidas para não faltar o pão para suas crianças”

“A falta de uma delegacia ou mesmo um departamento específico para cuidar do caso.”

“Falta de assistência para as mulheres.”

“A maioria pelo medo de denunciar e não ter alternativas.”

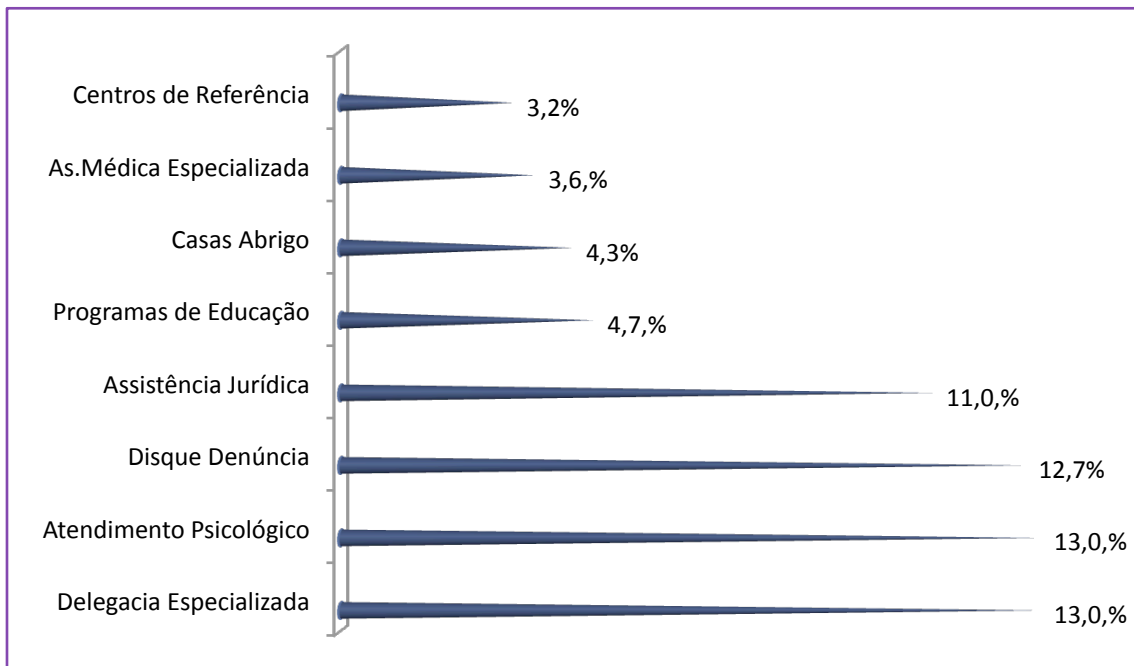
“O ciúme.”

- **Ações ou serviços públicos de enfrentamento à violência doméstica e familiar**

46,9% das mulheres declararam que no seu município não existem ações ou serviços de combate à violência contra as mulheres.

12,9% não sabem se existem ações ou serviços de combate à violência doméstica e familiar no seu município.

35,9% declararam que existem ações ou serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Apresentamos a seguir as respostas quanto ao tipo de serviço existente.



Das **35,9%** de mulheres que responderam que existem no seu município serviços de atendimento às vítimas de violência, como discriminados no gráfico acima: **17,9%** responderam que esses serviços não são utilizados pelas mulheres trabalhadoras rurais; **22,4%** não sabem se esses serviços são utilizados pelas mulheres trabalhadoras rurais; **14,8%** das mulheres deixaram esta questão sem resposta.

Ainda, das **35,9%** que responderam que existem serviços de atendimento às mulheres no seu município, **44,8%** disseram que alguns desses serviços são utilizados pelas trabalhadoras rurais. À primeira apresentação deste dado para a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, houve forte questionamento, uma vez que se constata que não há serviços de atendimento às mulheres rurais nos municípios. Entretanto, há que considerar o fato de que há mais de uma mulher de um mesmo município, que poderia ser um desses serviços, e que este dado se refere a apenas 35,9% das mulheres presentes na Plenária. De qualquer forma esse resultado nos estimula a buscar mais informações.

- **Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

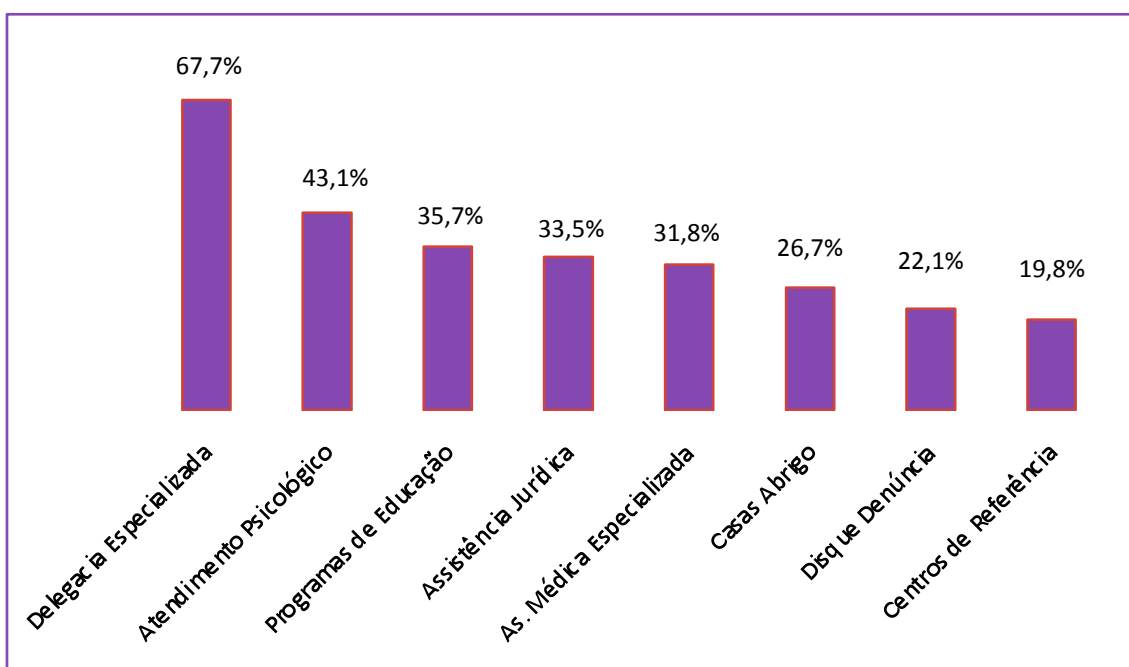
17% das mulheres responderam que há Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no seu município e destas **48%** afirmaram que o Sindicato de Trabalhadores Rurais tem representação neste Conselho.

- **Disque Denúncia 180**

64,8% das mulheres conhecem o Disque Denúncia 180

9,3% já utilizaram o Disque Denúncia 180. Destas **36,1%** utilizaram para fazer uma denúncia e **33,3%** para pedir orientações.

- **Tipo de serviços que poderia ser adotado no seu município para o enfrentamento à violência contra as mulheres**



No item **Outros serviços que poderiam ser adotados nos municípios, destacamos:**

“Delegacias com atendimento específico para rurais.”

“Formação de grupos de vigilância para acompanhar as vítimas durante e depois das denúncias, para que as mesmas sejam atendidas com dignidade e justiça.”

“Trabalhar nos municípios com as trabalhadoras rurais, especialmente as jovens.”

“Um método para trabalhar melhor com as mulheres e os homens.”

- **LEI MARIA DA PENHA**

90,0% afirmaram que conhecem a Lei Maria da Penha

29,5% responderam que a Lei Maria da Penha tem sido aplicada no seu município

68,6% afirmaram que a Lei Maria da Penha tem contribuído para diminuir os casos de violência contra as mulheres

- **A seguir algumas respostas à pergunta A Lei Maria da Penha tem contribuído para diminuir os casos de violência contra a mulher? Por que?**

1 – Algumas respostas das que responderam afirmativamente:

“ A depender das informações, e após uma palestra no STTR, as mulheres tomaram mais coragem e qualquer ameaça ela falava do que ouviu na palestra e inibia os agressores.”

“A história da protagonista da Lei, a divulgação pela mídia e pelo MSTTR nas ações do 8 de Março, e só dos agressores saberem que as penas para quem praticar os delitos serão mais rígidas, acabam promovendo uma comoção social positiva para as mulheres.”

“É um primeiro passo no combate à violência contra as mulheres, porém tem que ser mais divulgada e ter critérios/instrumentos para acontecer na prática, com quem realmente precisa.”

“A punição de 6 a 36 meses é grande para o agressor, e ninguém quer ficar atrás das grades por tanto tempo.”

“Acho que pela divulgação existente os homens se sentem amedrontados e os casos de violência tiveram uma pequena redução.”

2 – Algumas respostas das que responderam negativamente:

“ A Lei Maria da Penha surtiu em efeito de pena de morte, pois hoje, ao invés de bater eles estão matando, pois a pena é menor para quem mata do que para quem bate.”

“A Lei Maria da Penha, ela pune o agressor, mas não tem como proibir o agressor de matar a sua companheira, pois falta o poder público construir casas de apoio para as mulheres.”

“A partir do momento que a Lei entrou em vigor nos sentimos mais seguras, porém no nosso estado e município as delegacias da mulher são minoria ou não existem.”

“As mulheres não conhecem a Lei, as autoridades não têm interesse em se apropriar e aplicar a Lei, e não existem locais de apoio para atender às demandas (delegacias, casas abrigo, etc).”

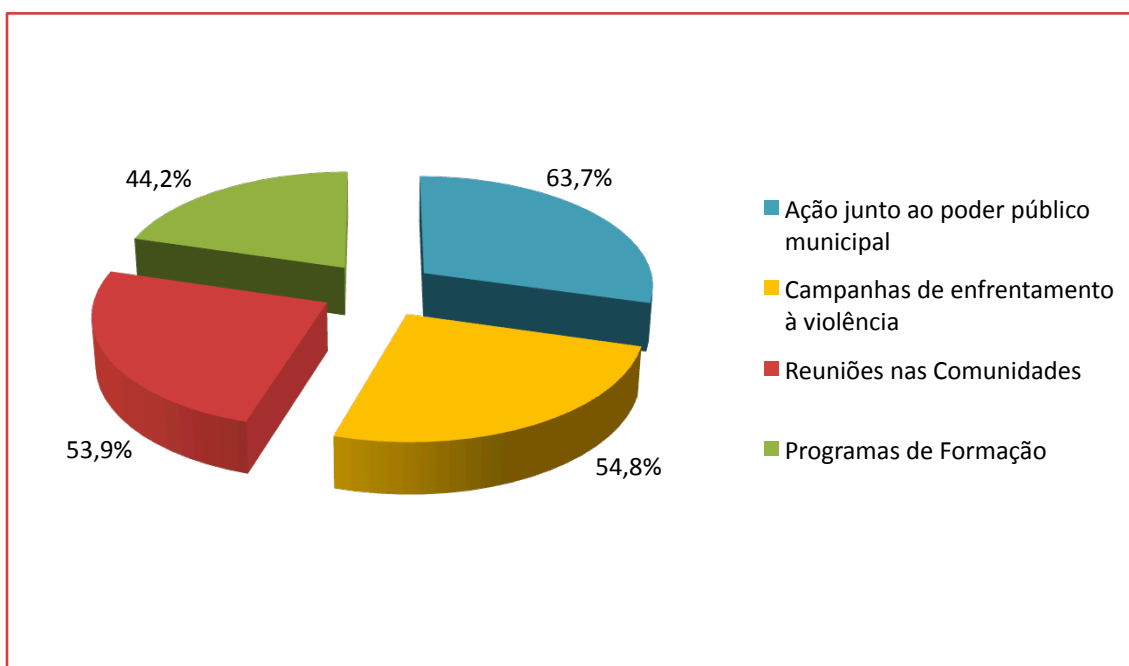
“Antes da Lei Maria da Penha no meu município os agressores só espancavam. Hoje eles contam que vão ser punidos de qualquer jeito, então vão logo fazer o serviço completo, esfaqueiam e chegam até a matar. Eu tenho certeza de que se o nosso município punisse realmente o agressor, eles temeriam, mas como eles batem, matam e levam pouco tempo aprisionados, eles dizem não estar nem aí, e nossas companheiras agredidas ficam caladas e com medo de denunciar por conta de que o agressor pode ser solto logo depois.”

- **Atuação do MSTTR no enfrentamento à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais**

96,4% das mulheres afirmaram que o MSTTR deve atuar no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A seguir é apresentada um conjunto de ações que poderia ser assumida pelo MSTTR:

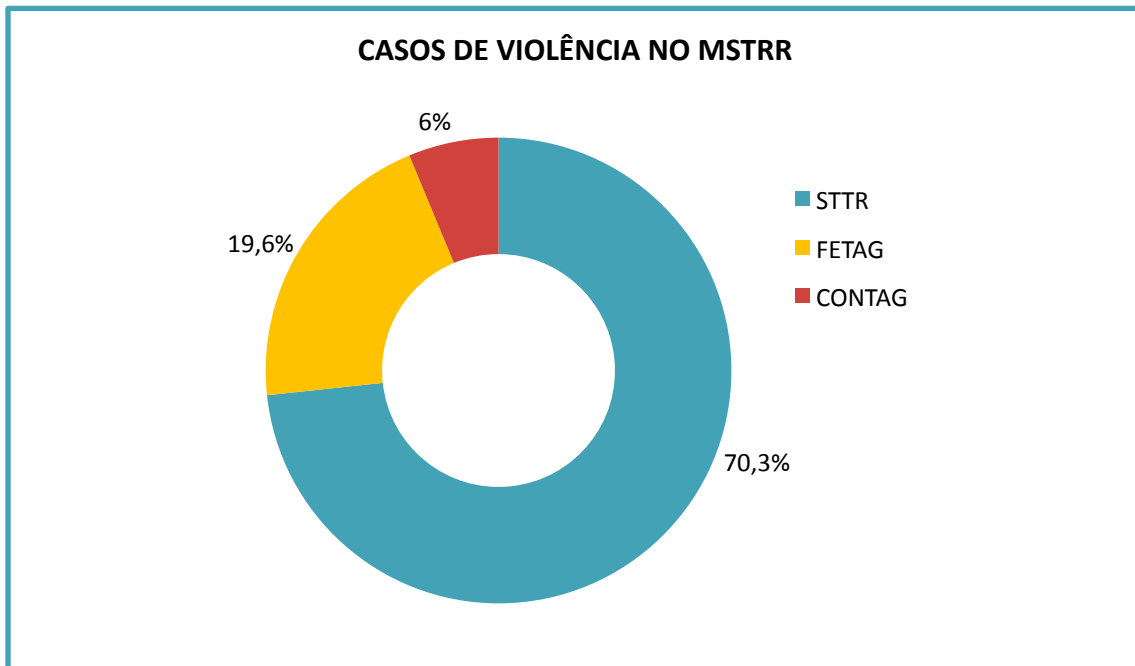
- 1 – Ação junto ao Poder Municipal
- 2 – Campanhas de Enfrentamento à Violência
- 3 – Reuniões nas comunidades
- 4 – Programas de Formação

A seguir, o quadro que discrimina os serviços que o Sindicato deve assumir, com os respectivos percentuais de respostas.



3 - Violência às mulheres trabalhadoras rurais no MSTTR

49,1% das mulheres declaram ter conhecimento de casos de violência no MSTTR.



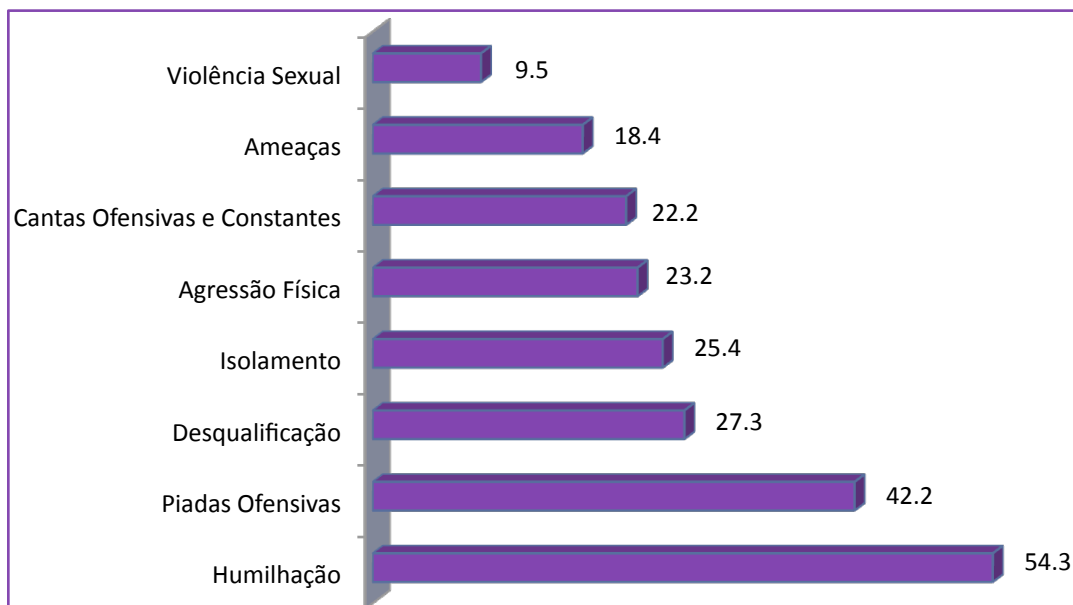
- **Tipos de violência praticada no MSTTR**

54,3% das participantes afirmaram que as mulheres sofrem humilhação no MSTTR.

23,2% conhecem casos de agressão física.

9,5% conhecem casos de violência sexual.

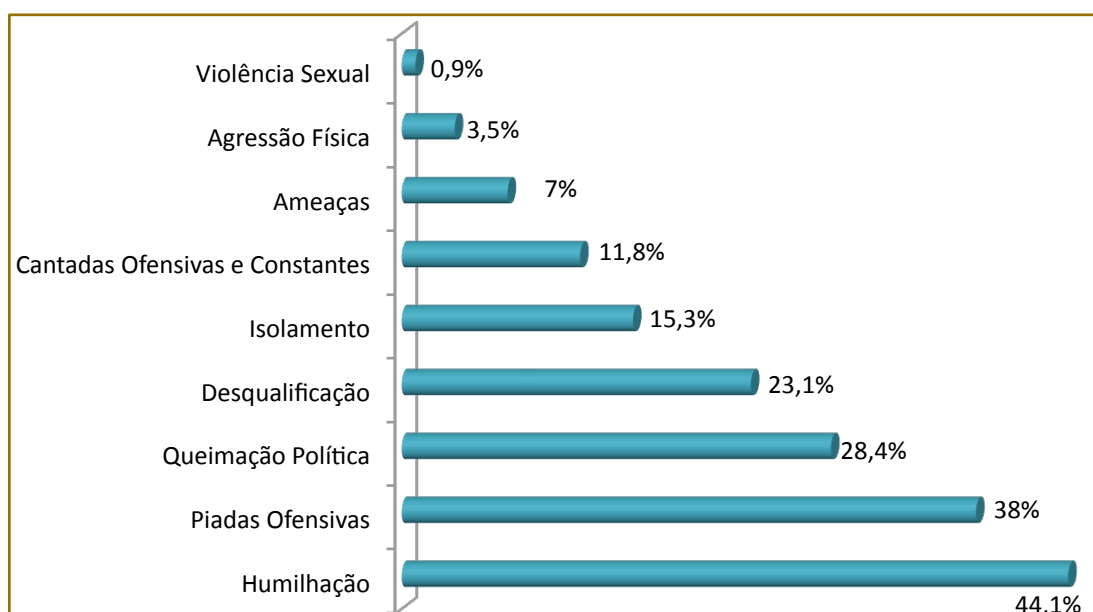
A seguir apresentamos um gráfico com os tipos de violência praticados no MSTTR



22,7% afirmaram que já ocorreram casos de violência no seu Sindicato.

- **Violência contra as mulheres em eventos e atividades do MSTTR**

33,3% declararam que já sofreram algum tipo de violência em eventos e atividades do MSTTR. Destas, **44,1%** sofreram humilhação. A seguir o gráfico com os tipos de violência que as mulheres sofreram em eventos e atividades do MSTTR.

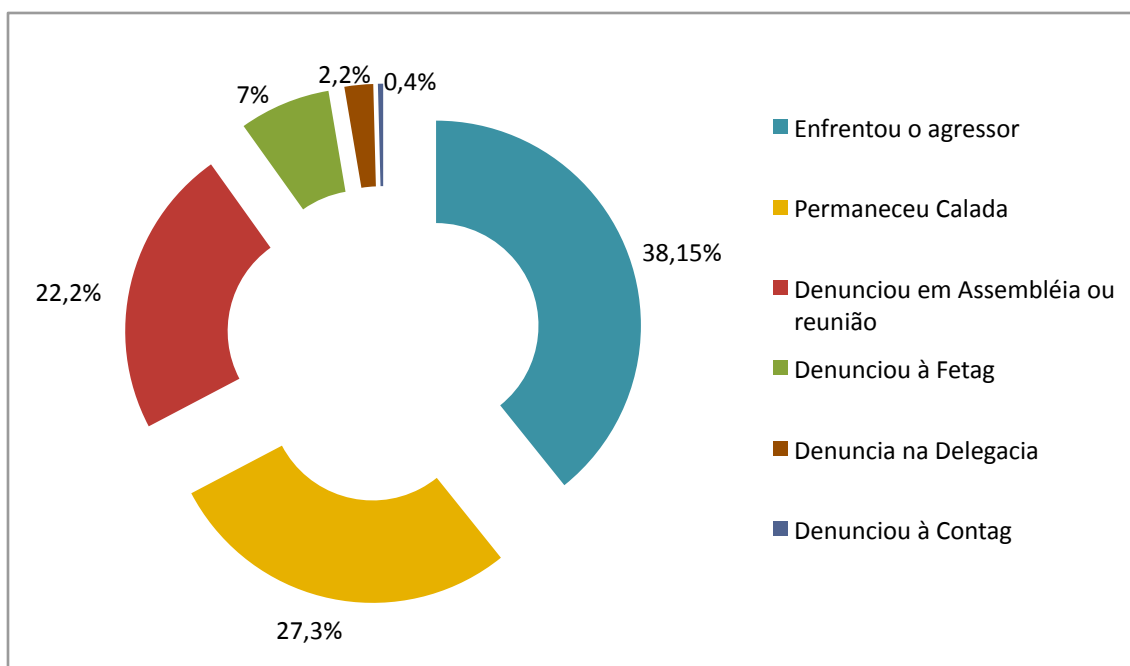


- **Como as mulheres reagiram às agressões que sofreram no MSTTR?**

38,15% enfrentaram o agressor.

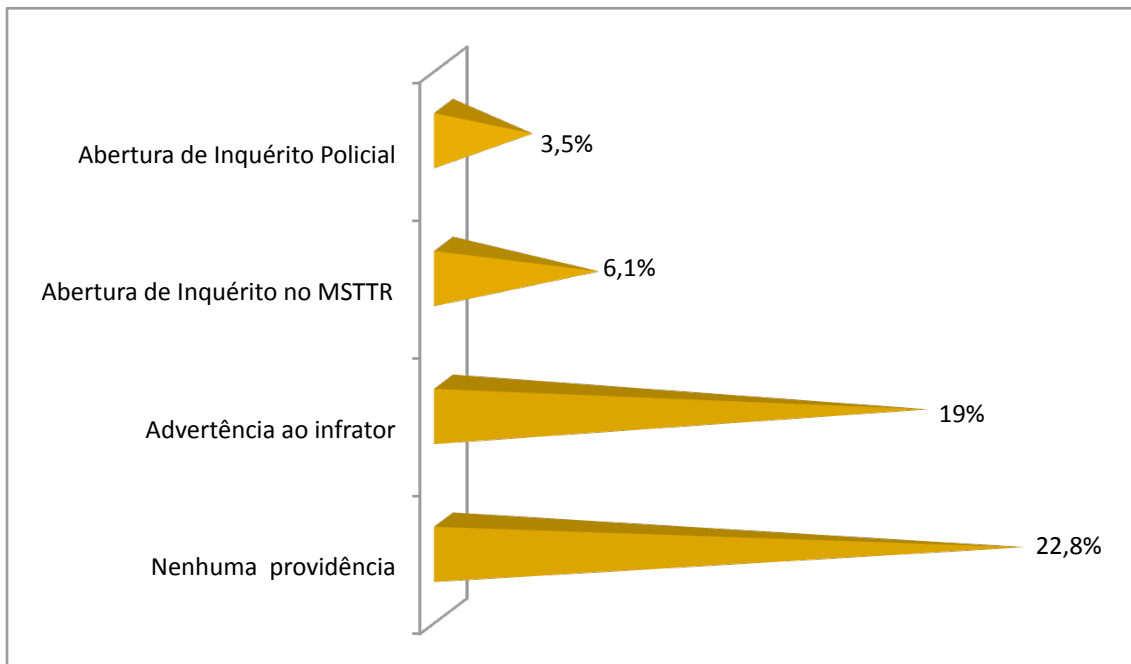
27,3% permaneceram caladas.

A seguir o quadro demonstrativo das formas de reação das mulheres à violência sofrida em eventos e atividades do MSTTR.



- **PROVIDÊNCIAS TOMADAS NO CASO DE DENÚNCIA**

Em **22,8%** dos casos não foram tomadas nenhuma providência e em **19%** dos casos ocorreu advertência ao infrator.



- **Outras Respostas quanto às providências tomadas em caso de denúncia**

“Aumento da perseguição e controle.”

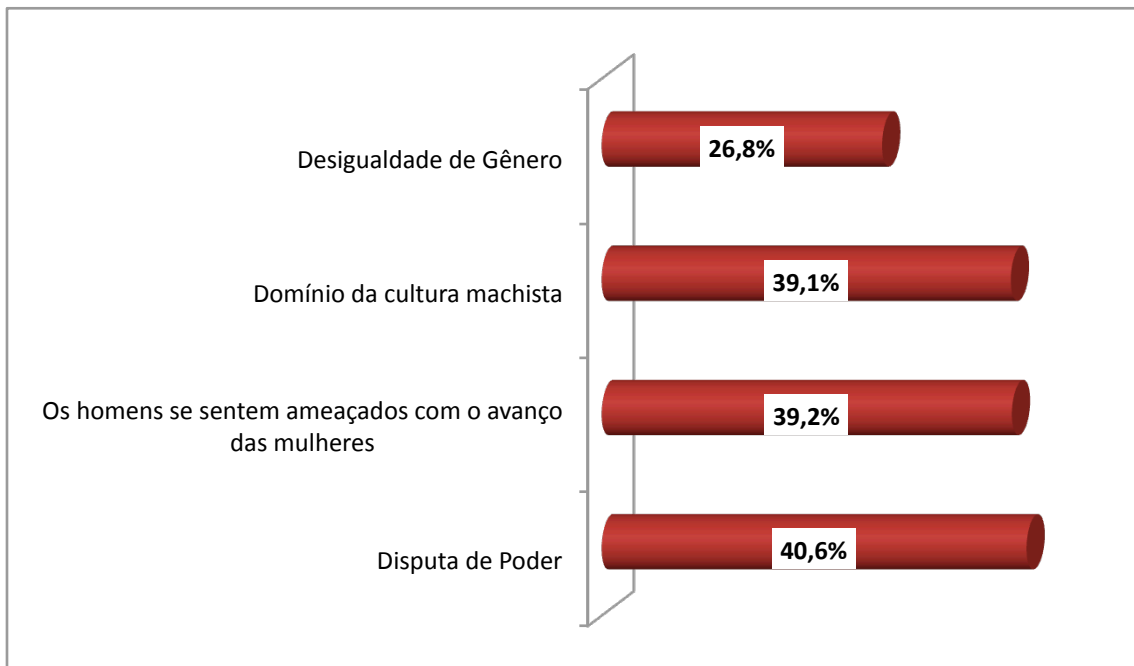
“Fiz eles caírem na realidade de que tenho valor, vez e voto.”

“Notifiquei de acordo com o estatuto do STTR.”

“O agressor foi mandado embora da entidade e punido.”

- **Por que ocorrem atos de violência contra as mulheres no MSTTR?**

40,6% atribuem os atos de violência contra as mulheres no MSTTR à disputa de poder.



Outras respostas: a seguir destacamos algumas delas.

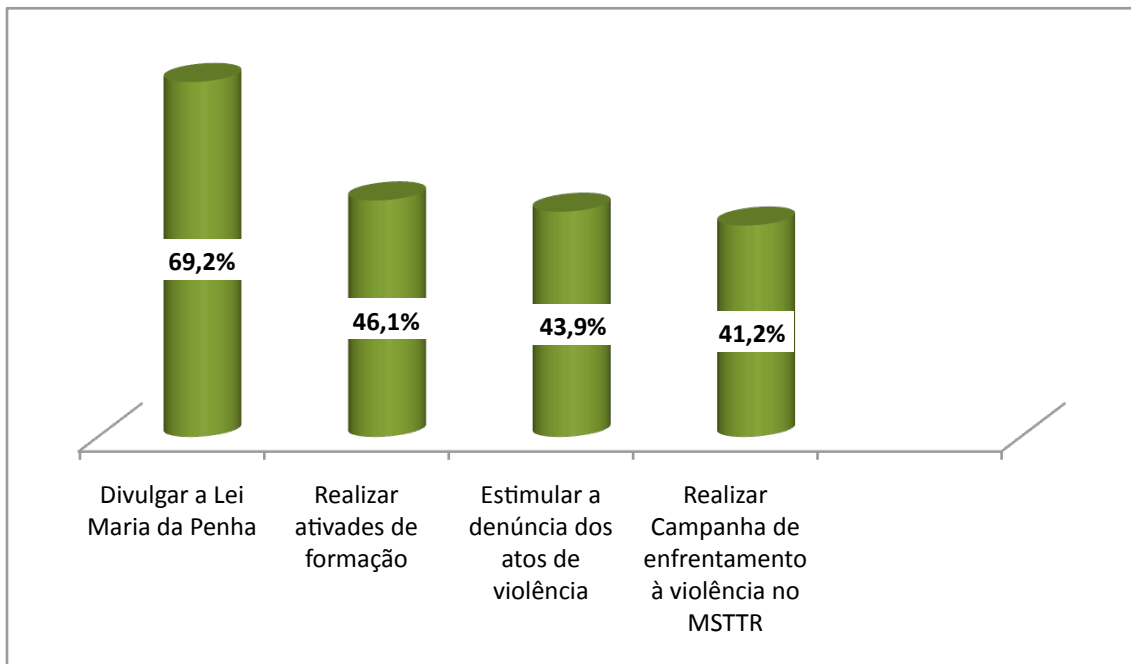
“As ocorrências não são devidamente tratadas, acabam caindo no esquecimento.”

“O presidente quer mudar sozinho como se o patrimônio fosse dele.”

“Os homens ao ver que as mulheres estão crescendo politicamente, cortam os seus espaços políticos.”

- **Medidas que devem ser tomadas pelo MSTTR para evitar e combater a violência no interior do MSTTR**

As repostas indicam um conjunto de ações que devem ser adotadas simultaneamente: realizar atividades de formação, estimular a denúncia dos atos de violência e realizar campanha de enfrentamento à violência no MSTTR.



No item **Outros**, destacamos, dentre outras, as seguintes proposições:

“Ter respeito, atitude e enfrentamento frente às “pequenas” violências que ocorrem no dia a dia do MSTTR.”

“As mulheres apoiarem mais as outras e sensibilizar os homens a fazerem campanhas respeitosas.”

“Continuar com a afirmação das políticas de cotas.”